

# Para uma História das Questões de Saúde em Macau no Século XIX

## Doenças, Epidemias, Médicos e Doentes

LEONOR DIAZ DE SEABRA\* E MARIA ANTÓNIA ESPADINHA\*\*

### COMO IA A SAÚDE...

Com um sistema higiénico deficitário, a par das causas naturais ou acidentais, a cidade registava elevadas taxas de mortalidade, nomeadamente quando as epidemias se faziam sentir<sup>1</sup>.

Situado numa zona onde havia muitas epidemias, as condições sanitárias provocavam problemas de saúde, facilitando a ocorrência daquelas. As mais frequentes eram a peste, a cólera e a varíola, tendo ocorrido também algumas de meningite<sup>2</sup>. Havia ainda outras doenças facilmente transmissíveis, embora o número de casos fosse menor e sem carácter epidémico.

A peste, quase endémica, aparecia mais na estação quente, sendo um dos principais males até 1915<sup>3</sup>. A cólera costumava aparecer também todos

os anos, passando frequentemente por gastroenterites fulminantes<sup>4</sup>. A varíola apareceu várias vezes, mas a vacinação intensa acabou por fazê-la desaparecer. Também a meningite cerebrospinal se fez sentir, com o caso mais grave em pleno século XX, em 1932<sup>5</sup>. Havia ainda a conjuntivite, a par com outros problemas de visão, também eles ligados a questões de higiene e alimentação insuficiente e inadequada.

As epidemias afectavam mais os chineses, por causa da deficiente higiene, que causava uma maior permeabilidade ao contacto com os agentes transmissores; os europeus eram mais resistentes e dispunham de maiores recursos<sup>6</sup>.

Como forma de prevenção, inspeccionavam-se as casas e obrigava-se à respectiva limpeza; em casos de maior contágio, vigiavam-se também as embarcações e as canalizações. Outras vezes, em situações de maior gravidade, as autoridades chegaram a proibir a venda de frutas e legumes, sorvetes e águas com xaropes, de cuja confecção se duvidava, enquanto nos jornais se publicavam instruções. A vacinação, imposta a certos sectores, como as escolas, ou aconselhada ao resto da população, passou a ser também generalizada<sup>7</sup>. Em 1946, conseguiu-se mesmo negociar com as vizinhas Hong Kong e Cantão a sua obrigatoriedade para os que se dirigissem a Macau.

Outro aspecto a merecer constantes reparos era a situação dos sanitários públicos, cujo aspecto e cheiro se mostravam insuportáveis para os portugueses, embora tolerados pelos chineses. Eram inúmeras as queixas relativas ao estado em que se encontravam as ruas,

\* Professora do Departamento de Português na Universidade de Macau. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Estudos Luso-Asiáticos pela Universidade de Macau e Doutorada em História pela Universidade do Porto.

*Assistant Professor in the Department of Portuguese of the University of Macau. History graduate from the Arts Faculty of Oporto University, Master in Asian-Portuguese Studies from the University of Macau, Ph.D. in History from Oporto University.*

\*\* Licenciada em Filologia Germânica pela Universidade de Lisboa e Doutorada em Filosofia (Românicas) pela Universidade de Salzburg, Áustria. Professora Catedrática Convidada da Universidade de Macau, Departamento de Português. Os seus interesses estão relacionados com as áreas de Literatura, nomeadamente a Literatura Popular e a Literatura de Macau e estudos sobre Macau e a sua sociedade.

*Graduate in Germanic Studies from Lisbon University, Ph.D in Western Philosophy from the University of Salzburg, Austria, Guest Professor at the Portuguese Department of the University of Macau. Her research interests focus on Literature, particularly Folk Literature and the Literature of Macao, and studies on Macao society.*

particularmente as dos bairros chineses, pois se as outras exibiam problemas – e acumulavam-se as censuras ao serviço de limpeza e “falta de varreduras” –, essas estavam em muito pior estado. Os chineses tinham ainda o hábito de lançar matérias fecais nas sarjetas da via pública. A falta de higiene também raramente se encontrava ausente dos pequenos estabelecimentos ambulantes, onde grande parte da população se abastecia, comprando assim produtos impróprios para consumo. Por outro lado, o próprio método de horticultura chinesa, recorrendo ao uso de matérias fecais, atentava contra a saúde pública. Outros aspectos relacionados com a alimentação, como as vacarias que forneciam o leite a grande parte da população, não ofereciam melhores condições<sup>8</sup>.

Grave era, também, a questão do fornecimento de água à população. Parte socorria-se dos fontanários e poços públicos e particulares, o que trazia grandes dificuldades em épocas de seca. Outra fonte de abastecimento era a ilha da Lapa, de onde vinha em barças para ser vendida. Qualquer que fosse a sua origem o risco para a saúde pública era sempre grande, devido à falta de condições higiénicas. É de notar que a expansão da cidade não fora acompanhada pelo aumento da rede de esgotos.

Só em 1938 se deu início ao seu fornecimento pela Sociedade de Abastecimento de Água, em regime de monopólio, acabando-se com o transporte desde a Lapa e fechando-se muitos poços – apesar de parte deles continuar aberta e com riscos para os consumidores.

As doenças não epidémicas variavam, normalmente, com o clima: na estação fria e de transição, eram as doenças torácicas que mais se faziam sentir; no Verão, a maior incidência encontrava-se nos problemas abdominais, relacionados com questões alimentares<sup>9</sup>.

Estes eram, também, os males que mais afligiam os portugueses que chegavam da Europa. Depois da sífilis e outras doenças venéreas – muito frequentes, principalmente, entre os homens mais novos, solteiros e sem família em Macau, com particular destaque para os soldados – apareciam as doenças gastrointestinais, as gripes e outras doenças do aparelho respiratório: bronquite e broncopneumonias, tuberculose, asma, etc<sup>10</sup>.

Algumas doenças menos graves assumiam formas populares, mais atreitas a mezinhas do que a médicos. Era o caso do “mal-de-ar”, fenómeno com

diversas interpretações, desde a simples “corrente de ar” a outras mais supersticiosas e sobrenaturais, que tinham, inclusive, manifestações de índole nervosa. Aliás, as antigas famílias de Macau tinham em sua casa “cadernos de mezinhas” caseiras e populares, de várias origens e para as mais diversas doenças<sup>11</sup>.

Não obstante, o estado sanitário de Macau não era normalmente preocupante, sobretudo se comparado com o de outras cidades portuárias da China com densidade populacional semelhante.

Das doenças que se manifestavam ao longo de todo o ano sobressaem as doenças venéreas, as leucorreias e, entre os chineses, a elefantíase.

Em alguns períodos, contudo, manifestaram-se doenças infecto-contagiosas, como a varíola, que estiveram na origem de taxas de mortalidade anormalmente elevadas. A primeira vacina antivariólica em Macau, feita pelo Dr. Domingos José Gomes, cirurgião do Senado, data do início do século XIX (1805) e os seus resultados rapidamente se fizeram sentir. Apesar da relutância da população chinesa em sujeitar-se à vacinação, esta passou a ser habitual, a partir de 1805, através da instalação, nos hospitais, de postos de vacinação gratuitos<sup>12</sup>.

Mas, os bons resultados iniciais não impediram a manifestação de epidemias de varíola em Macau, especialmente no tempo frio, e muitas vezes acompanhadas de epidemias de sarampo. Para tal contribuíram vários factores, sendo de destacar o facto de não se fazer uma vacinação em massa, a vinda da população chinesa extramuros por ocasião da destruição das muralhas da cidade e ainda os constantes fluxos migratórios. Houve, de facto, várias epidemias, como a de 1851, em que morreram mais de 200 indivíduos, e a de 1854-55 com centenas de casos fatais. De 1861 a 1870 continuou a manifestar-se em quase todos os anos, embora sem grande gravidade. De maiores proporções e de consequências mais mortíferas foram as epidemias de 1891, que afectou toda a população da cidade, e a de 1896. Embora com números mais moderados, os anos de 1905, 1906, 1907 (o surto de maior gravidade da primeira década do século XX), 1908, 1909 e 1910 voltaram a registar casos<sup>13</sup>.

Quanto à cólera, teve a sua primeira manifestação em Macau em 1817, mas desenvolveu-se pela primeira vez, sob a forma epidémica, em 1820, repetindo-se em 1850, 1858, 1862, 1863 e 1864. Entre 1865 e 1885, assim como em 1888, 1902 e de 1908 a 1919

## SOCIEDADE MACAENSE

verificaram-se com casos isolados entre a população chinesa. Considerada como doença endémica em Macau, à semelhança do que acontecia em outros portos da China, ocorria predominantemente na estação quente, sendo os chineses os mais atingidos<sup>14</sup>.

Como medidas profiláticas, em meados do século queimavam-se barricas de enxofre e de alcatrão para purificar a atmosfera e derramava-se ácido fénico e cal clorada nos locais infectados. Só em 1897, através de um regulamento elaborado pelo chefe dos Serviços de Saúde, Gomes da Silva, se lançaram as primeiras medidas profiláticas de bases científicas, com o isolamento dos infectados, a desinfecção das fezes e do domicílio dos doentes, impondo-se a declaração obrigatória da doença pelos “mestres chinas”, a publicação de instruções preventivas em português e chinês, a inspecção dos passageiros chegados por mar, etc<sup>15</sup>.

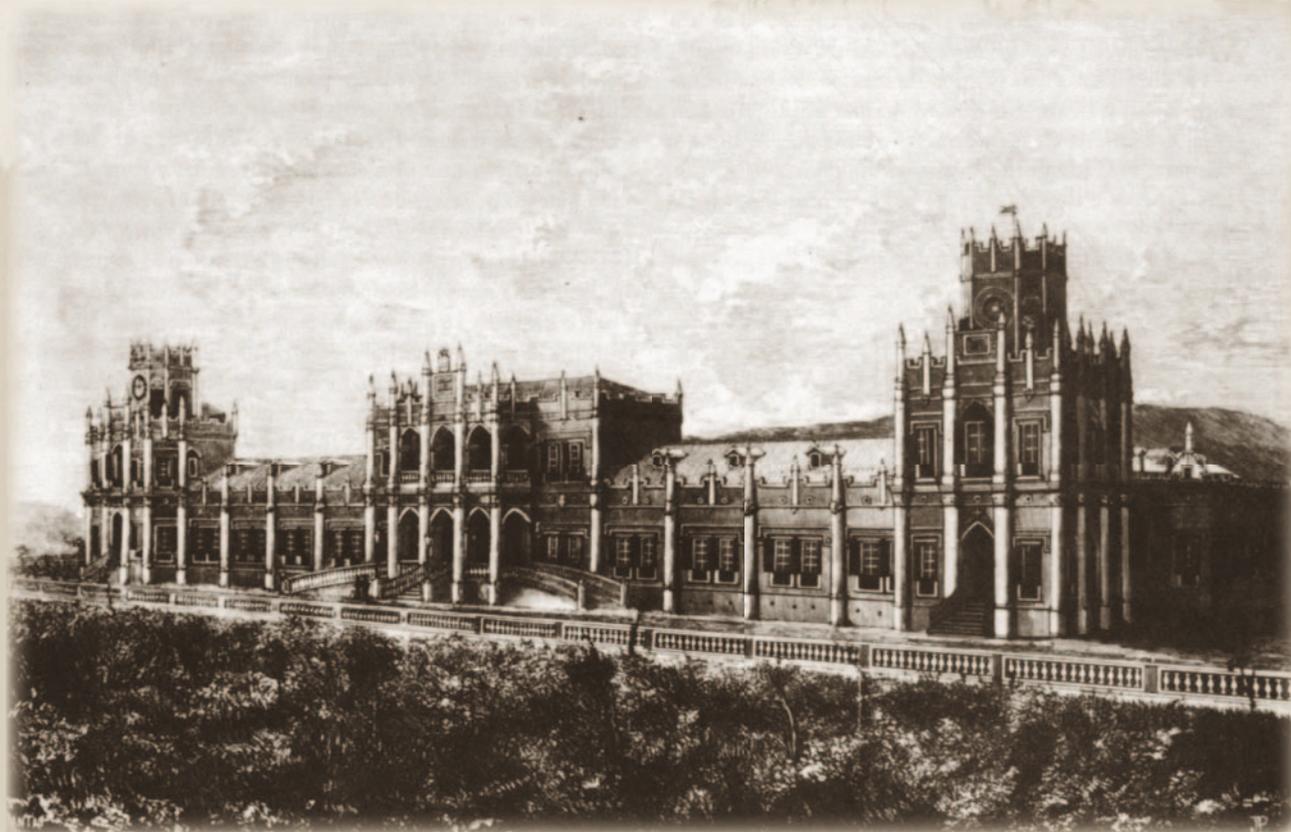
Até 1896, os casos de cólera, bem como das restantes doenças infecto-contagiosas, eram tratados no Hospital da Misericórdia, no Hospital Chinês (depois de 1873) e no Hospital Militar (depois de 1879).

Depois desta data, na sequência de uma epidemia de peste, os afectados por doenças infecto-contagiosas passaram a ser tratados em isolamentos mantidos por esses hospitais<sup>16</sup>.

A peste bubónica atingiu Macau pela primeira vez em 24 de Março de 1895, vinda de Hong Kong, vitimando 1200 Chineses<sup>17</sup>. A partir de então, e até 1915, manteve-se endémica, com manifestações epidémicas em alguns anos, como 1898, 1900, 1905, 1906, 1907, 1908, 1912, etc., apesar de se ter iniciado em 1901 a inoculação da população com a vacina antipestosa. Para isso contribuía o mau estado sanitário de alguns bairros da cidade de Macau – com principal destaque para a Horta do Volong e a Várzea do Tap-Siac, focos de graves epidemias devido à falta de condições de higiene e à convivência dos moradores com toda a espécie de animais e imundícies, o mesmo acontecendo com os principais mercados da cidade<sup>18</sup>.

Embora com uma mortalidade mais moderada, o problema da peste bubónica manteve-se até ao uso de sífões à prova de ratos na boca dos canos de esgoto,

Hospital Militar de S. Januário, ca. 1880. In R. Beltrão Coelho, *Álbum Macau 1844-1974*, Macau, Fundação Oriente, 1990.



cuja generalização, sugerida, em 1909, pelo chefe dos Serviços de Saúde de Macau, acabou por dar os seus frutos. A par desta medida, iniciou-se a prática de lavagens sanitárias dos canos de esgoto com água extraída do mar por meio de bombas a vapor<sup>19</sup>.

Com locais pantanosos e bairros pouco salubres que, principalmente na estação das chuvas, constituíam grandes viveiros de mosquitos, Macau conheceu entre as suas causas de óbito, no século XIX e início do século XX, o paludismo<sup>20</sup>. Foi precisamente na população dos subúrbios que a doença mais se manifestou, de parceria com a febre tifóide e com tendência para penetrar na cidade pelo bairro chinês do Bazar, sendo as ilhas de Taipa e Coloane outro foco de desenvolvimento da doença. Ainda em 1910 o relatório de saúde do Dr. Expectação de Almeida registava o paludismo como causa da sétima parte (equivalente a 137 casos) do movimento hospitalar do Hospital de S. Januário<sup>21</sup>.

Em 1910, a tuberculose dava ainda um contributo importante para o movimento hospitalar e para a mortalidade geral da cidade. O grau de incidência desta doença na população estava directamente ligado ao respeito pelas normas básicas de higiene, pelo que era nos bairros chineses de estado sanitário mais deficiente, superpovoados e pouco arejados, que as condições climáticas de excessiva humidade e constantes variações térmicas estacionais e diurnas da colónia proporcionavam o melhor terreno de implantação para esta bem como para outras doenças<sup>22</sup>. Embora sendo causa, em termos de mortalidade geral da colónia, de cerca da sétima parte dos óbitos, num total de 1005 admissões no Hospital Militar, os casos de tuberculose foram apenas 14, o que pode ser explicado pelas boas condições de alimentação e de quartelamento dos militares.

Por outro lado, entre a população não chinesa, deparava-se uma maior resistência dos macaenses à doença, com taxas de mortalidade bem mais reduzidas do que as verificadas entre a população europeia: 5,2 % contra 28%, valores referentes a finais do século XIX.

Em compensação, outras doenças tinham na classe militar as suas principais vítimas, como era o caso das doenças sexualmente transmissíveis, entre as quais a sífilis<sup>23</sup>.

A grande quantidade de casos, a forma moralmente condenável da sua transmissão e os elevados custos inerentes ao seu tratamento fizeram com que a Santa Casa da Misericórdia se recusasse a receber no seu hospital doentes afectados por este mal “geralmente

adquirido pela desenvoltura”<sup>24</sup>. No Hospital Militar, no entanto, os casos registados eram ainda numerosos em 1865, devido à grande quantidade de prostitutas existentes em Macau e à falta de controlo médico da sua actividade.

Em 1872, porém, surge a primeira tentativa reguladora das meretrizes, cuja actividade se deveria limitar a zonas restritas da cidade, submetendo-as a registo e a exames periódicos. Outras formas de controlo da disseminação da doença eram as penalidades infligidas às meretrizes infectadas que não declarassem a doença, penalidades que se estendiam ao responsável pelo seu contágio. Mas o regulamento acabou por sofrer importantes alterações: manteve-se a necessidade de registo das meretrizes, mas suprimiu-se toda a parte que impunha os exames periódicos e a declaração obrigatória da doença<sup>25</sup>.

A lepra é uma doença bastante antiga em Macau e ainda activa no século XIX, altura em que foram tomadas medidas importantes no sentido de melhorar o apoio aos leprosos e evitar a contaminação.

A Santa Casa da Misericórdia tinha a seu cargo, além do Hospital de S. Rafael, o Hospital de S. Lázaro, onde eram recebidos os doentes incuráveis<sup>26</sup>. Além do sustento material pela Misericórdia, alguns doentes eram aí mantidos com subsídios particulares. Por exemplo, em 1867, quando se haviam já suspenso novas admissões, 22 doentes eram sustentados pela Misericórdia e 12 por subsídios particulares<sup>27</sup>.

Em 1878, o Governo chamou a si o problema da assistência às vítimas da lepra, construindo barracas em Pac-Sa-Lan, na ilha de D. João. Em 1885 foi construído o Lazareto de Ká-Ho, na ilha de Coloane, exclusivamente para mulheres<sup>28</sup>. Finalmente, em 1896, os três últimos leprosos de S. Lázaro passaram para Pac-Sa-Lan<sup>29</sup>.

No final da década de 20 do século XX procedeu-se à remodelação e modernização da leprosaria feminina de Ká-Hó e à construção de novos pavilhões em Pac-Sa-Lan. Foi aqui que até 1953, quando o estabelecimento de Ká-Hó passou a misto, que foram mantidos, a cargo do governo português, os leprosos do sexo masculino<sup>30</sup>.

## COMO ERAM OS HOSPITAIS

Durante muito tempo, a única instituição de assistência hospitalar de Macau, segundo moldes ocidentais, foi o Hospital de S. Rafael, também

## SOCIEDADE MACAENSE

designado Hospital dos Pobres, e administrado pela Santa Casa da Misericórdia.

Há notícias de uma enfermaria, dos Jesuítas, com a respectiva botica (que também forneceria o Hospital da Misericórdia), junto ao Colégio de S. Paulo, logo por volta do ano de 1622. A assistência médica em Macau iria ressentir-se com a falta dos conhecimentos médicos dos Jesuítas, em consequência da sua expulsão em 1762<sup>31</sup>.

No início do século XIX, apesar das modernizações e melhoramentos a que foi sujeito, muitas vezes através de subscrições públicas, o Hospital de S. Rafael encontrava-se em estado decadente. Ao longo dos anos, face aos escassos fundos da Santa Casa, esta decadência viria a acentuar-se a tal ponto que, no final do século, esteve quase a encerrar<sup>32</sup>.

No início do século XIX, o hospital tinha capacidade para apenas 40 camas. Embora o hospital se destinasse a acolher “tanto cristãos como pagãos”, a população chinesa continuava a recusar submeter-se a tratamentos segundo a medicina ocidental que aí se praticava<sup>33</sup>. Só em 1916 o hospital admitiu um médico privativo, tendo até então o serviço clínico sido desempenhado pelo “físico da cidade”, contratado pelo Senado da Câmara<sup>34</sup>, até 1836, e, depois, pelos médicos do quadro do Serviço de Saúde de Macau, o que não permitia um acompanhamento prolongado da evolução dos pacientes<sup>35</sup>.

Em inícios do século XX, o Hospital de S. Rafael ou Hospital dos Pobres encontrava-se em má situação, quer quanto a instalações quer quanto a pessoal. Às suas funções específicas juntavam-se as de asilo de velhos e inválidos<sup>36</sup>. Remodelado em 1912-13 e em 1938-39, só deixou de funcionar em 1975.

Até à fundação do Hospital de S. Januário, em 1873 – mas só oficialmente inaugurado em Janeiro de 1874<sup>37</sup> –, estava também a cargo da Misericórdia o tratamento dos militares, o que levantava alguns problemas. Os militares consideravam o hospital sem condições; a Misericórdia, por falta de meios e de espaço, e como instituição vocacionada para a “assistência aos miseráveis”, não podia deixar de prejudicar o tratamento destes. Daí resultou, depois de uma experiência de tratamento dos militares enfermos nos próprios quartéis pelo enfermeiro do hospital e pelo cirurgião contratado pelo Leal Senado, a construção, em 1789, de uma enfermaria militar com comunicação directa com o hospital e dele

dependente<sup>38</sup>. Em 1846, foi proposto o pagamento de 12 patacas mensais à Misericórdia por cada soldado internado no hospital, o que incluía os medicamentos, dietas e roupas. Mais tarde, em 1855, foi desfeito o acordo e extinta a enfermaria militar, mas só em 1857 os doentes passaram para o Convento de S. Agostinho, adaptado a hospital militar, passando depois para o edifício mandado construir, em 1872, pelo governador, visconde de S. Januário<sup>39</sup>.

Nos anos seguintes, sofreu diversas alterações tanto na sua estrutura física como na sua orgânica. Assim, passou a ser, em 1919, Hospital Geral do Governo, devendo acolher toda a população europeia, chinesa ou outra, independentemente do sexo e da riqueza. Em 1937, passou a chamar-se Hospital Conde de S. Januário<sup>40</sup>.

Depois de 1918, a sua capacidade aumentou com as novas construções, permanecendo, contudo, insuficiente para as necessidades, o que obrigou a novas reformulações. Também os serviços se foram diversificando: pavilhão de isolamento, atendimento de parturientes e puérperas, radiologia, dentista, laboratório de análises diversas.

Em 1871 iniciou-se a construção do Hospital Kiang Wu, pertencente a uma Associação de Beneficência. O hospital, dirigido por chineses, e sendo os seus profissionais de saúde “mestres chinas”, estava sob inspecção das autoridades portuguesas, nomeadamente ao nível das condições sanitárias. Era apenas uma vertente dos muitos serviços de assistência prestados pela “Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu” que mantinha escolas gratuitas para pobres, uma escola de enfermagem e obstetrícia, um necrotério e uma agência funerária, dava sepultura aos pobres, socorria os sinistrados, etc<sup>41</sup>. As receitas provinham dos seus prédios, de um subsídio anual da Assistência Pública, do rendimento do hospital e respectiva farmácia, de bazares, rifas, representações teatrais, etc<sup>42</sup>.

Com funções semelhantes, havia também a “Associação de Beneficência Tung-Sing-Tong”, “uma espécie de confraria, semelhante às Misericórdias, mas igualmente tradicional e muito espalhada na China”, fundada em 1892<sup>43</sup>. Esta Associação tinha como objectivos manter dispensários, distribuir canja no tempo frio e chá no tempo quente, enterrar os pobres, etc<sup>44</sup>.

Havia ainda hospitais estrangeiros. O primeiro a iniciar a sua actividade foi o Hospital Oftalmológico,

## MACANESE SOCIETY

fundado em 1827 pelo oftalmologista Dr. Thomas Richardson Colledge, cirurgião da Feitoria Britânica em Cantão (*British India Company*), que esteve aberto somente cinco anos (até 1832) e dependia dos subsídios da colónia estrangeira de Macau<sup>45</sup>.

Em 1838, o mesmo Dr. Colledge, juntamente com o Dr. Parker e o Dr. Bridgman, fundou o Hospital Inglês, também de curta duração, tendo fechado em 1846 na sequência da fundação da colónia britânica de Hong Kong, quando a “Medical Missionary Society in China” pensou ser mais proveitoso instalar hospitais em outros portos da China, em vez de Macau<sup>46</sup>.

Em 1845 os Americanos fundaram em Macau um Hospital Naval para uso exclusivo dos marinheiros dos Estados Unidos<sup>47</sup>.

Em 1850, a França reforçou a sua força naval nos mares da China e os seus marinheiros eram tratados – e, em caso de falecimento, sepultados – em Macau<sup>48</sup>. Mais tarde, em 1858, as autoridades francesas estabeleceram aqui o Hospital Francês, na freguesia de S. Lourenço<sup>49</sup>.

Mais tarde, já no século XX, outros estabelecimentos foram sendo abertos ao público. Em 1934 foi a vez de o Palacete de Santa Sancha se transformar, durante algum tempo, em hospital. Desde 1950 passou a funcionar a “Clínica Lara Reis”, consagrada à oncologia, que foi entregue à Santa Casa da Misericórdia no dia 15 de Abril de 1951<sup>50</sup>. Foram também criados por toda a cidade postos médicos, proporcionando consultas aos que deles necessitavam.

Quanto às farmácias, no que se refere à confecção das drogas utilizadas na medicina tradicional chinesa existiam farmácias próprias, pois a farmacopeia chinesa baseia-se nas plantas medicinais<sup>51</sup>.

Para os ocidentais, havia outro tipo de “boticas”, mas, com a expulsão dos Jesuítas, em 5 de Julho de 1762, de Macau, a Misericórdia viu-se privada do auxílio do boticário de S. Paulo. E, em 1777, a Mesa Directora, através do Senado, encomendou a Goa uma “botica” e um boticário ou farmacêutico. Mas como até 1783 não tivessem conseguido obtê-la, o provedor Francisco Xavier de Castro, também

O Leal Senado em finais do século XIX. In *Jornal Único*, Macau, 1898.



## SOCIEDADE MACAENSE

governador, sugeriu ao Senado que a encomendassem directamente a Portugal, o que foi aceite. Ora, isto deu origem a que chegassem a Macau duas “boticas”, uma de Portugal, outra da Índia. Delas tomou conta a Misericórdia em condições previamente acordadas com o Senado, segundo as quais este contribuiria também para as despesas dos medicamentos providenciados gratuitamente aos pobres. Ficou como farmacêutico Joaquim José dos Santos, que, não estando muito satisfeito “por não ter a Mesa provido a botica de remédios necessários”, pediu a demissão em 1791, que não lhe foi concedida. No entanto, acabaram por chegar a acordo e a Misericórdia vendeu-lhe a farmácia por 4 000 taéis pagáveis em 8 anos, com a condição de emprestar ainda a casa, a troco do fornecimento de medicamentos aos pobres, sendo-lhe também autorizado “pôr a botica em benefício do povo”, quer dizer, vender livremente. Foi esta a primeira farmácia aberta ao público em Macau. Nunca mais a Misericórdia teve farmácia sua, pois o fornecimento de medicamentos seria feito pela farmácia da localidade, com descontos vários<sup>52</sup>.

### MÉDICOS E “MESTRES”:

Integrados nos Serviços de Saúde local, os médicos que ocorriam às necessidades da população portuguesa residente em Macau eram da mesma nacionalidade, isto é, portugueses. O seu número mostrava-se frequentemente insuficiente, embora, ao longo dos tempos, a chegada de novos clínicos tivesse alargado as possibilidades de consulta. Aliás, a clínica particular ia sendo exercida por todos os médicos que passavam por Macau, nos seus consultórios ou nas casas dos doentes. Muitos dos médicos especialistas estabelecidos em Macau eram de proveniência chinesa, mas a população parece ter frequentado os seus consultórios. Quando a língua impedia a compreensão dos problemas, os especialistas usavam intérpretes, por vezes europeus.

A existência de médicos na cidade não evitava a ida de muitas pessoas aos consultórios de Hong Kong ou mesmo a outros portos. Outras vezes, os especialistas de Hong Kong deslocavam-se a Macau, onde davam consultas a quem estivesse interessado.

Os chineses normalmente não recorriam aos médicos europeus, entregando-se aos cuidados dos seus “curandeiros” (“mestres chinas”), ou outros médicos,

alguns dos quais com diplomas universitários, embora não reconhecidos pelas autoridades portuguesas. Alguns tinham consultórios clandestinos, mas a administração portuguesa dava a possibilidade de se registarem e actuarem<sup>53</sup>. No entanto, os chineses foram acolhendo, progressivamente, a medicina europeia.

Não era somente a população proveniente da China que recorria a estes “curandeiros” ou “mestres chinas”, pois muitos portugueses, e mesmo alguns europeus, frequentavam os seus consultórios.

Mas quem eram estes “mestres chinas” que exerciam a clínica entre a população chinesa?<sup>54</sup> Transmitida a filhos ou discípulos, a prática da medicina chinesa tinha forte componente de veiculação oral, sendo comum a avaliação da competência de um “mestre china” pelo número de ascendentes que tivessem exercido a actividade. Exímios no tratamento de entorses, deslocações e fracturas, curavam sem dificuldade as doenças vulgares, fazendo uso do seu profundo conhecimento de medicamentos à base de plantas, mas nunca recorrendo a intervenções cirúrgicas. Comum era igualmente o uso da acupunctura. Embora os serviços do “mestre china” fossem geralmente prestados no seu próprio domicílio ou no dos doentes, eram eles que tinham a seu cargo os serviços clínicos do Hospital Kiang Wu<sup>55</sup>.

### APOIO AOS IDOSOS SEM RECURSOS: OS ASILOS

Poucas medidas governamentais ou camarárias foram tomadas para obviar ao problema da mendicidade. Nenhum dos asilos era financiado, total ou parcialmente, pelo governo ou pelo Leal Senado, mas, a partir de 1879, há registo de ocorrências policiais referindo prisões de “mendigos sem licença”.

Assim, também nas instituições de assistência à pobreza a mortalidade era elevadíssima, para não falar dos indivíduos que diariamente morriam nas ruas.

De carácter eminentemente religioso era o Asilo dos Pobres mantido, desde 1850, pelo Pe. Manuel Francisco Rosário de Almeida na Rua do Sol, na Barra, a partir das esmolas que pedia de porta em porta. Destinado a dar assistência aos chineses moribundos, era uma instituição alternativa ao Hospital dos Pobres, que recebia igualmente mendigos chineses doentes ou moribundos. A sua tarefa era recolher das ruas esses chineses agonizantes, sustentados por

esmolas particulares. Aqui, mais do que promover o seu restabelecimento físico e tratar as suas enfermidades – tarefas para as quais os meios eram escassos –, era prioritário o baptismo e a salvação das almas, pelo que a mortalidade no asilo era enorme<sup>56</sup>.

Na primeira infância, a par dos nados-mortos, havia o abandono de recém-nascidos e as más condições de acolhimento nas instituições de apoio à criança, pelo que as hipóteses de sobrevivência, nestas instituições, também eram mínimas<sup>57</sup>. Depois, problemas de maior ou menor gravidade ao nível do saneamento da cidade, bem como de higiene pessoal, e para o tratamento das quais os recursos eram limitados, estavam na origem de epidemias que faziam subir a taxa de mortalidade considerada normal<sup>58</sup>. A isto acrescia muitas vezes, a fome e a miséria.

Após várias tentativas no sentido de pôr fim às admissões de mais enjeitados, a Santa Casa da Misericórdia acabou por encontrar a solução para este problema através de um compromisso com as Filhas da Congregação de Caridade Canossiana,

que receberiam as crianças, mediante o pagamento de uma quantia mensal. Assim, fundaram o seu Asilo da Santa Infância, em edifício construído por subscrição pública, anexo à Igreja de Santo António, que passou a receber as crianças abandonadas, grande parte das quais em muito mau estado, o que ocasionava um índice de mortalidade elevado<sup>59</sup>.

Para além do asilo sustentado pela Misericórdia, igualmente o do Pe. Rosário de Almeida, embora de menores dimensões, aceitava crianças, abandonadas ou vendidas, que aí recebiam cuidados e instrução, acabando por ser colocadas em “casas honestas”<sup>60</sup>.

#### A “ÚLTIMA MORADA”: OS CEMITÉRIOS

A comunidade católica foi servida, de 1837 e até 1854, pelo cemitério construído pela Santa Casa da Misericórdia nas ruínas da Igreja de S. Paulo, de cujo incêndio apenas se havia salvo a fachada. O projecto de reconverter interinamente as ruínas num jazigo vinha de 1835, ano em que deflagrara o incêndio. Só

Cemitério de S. Miguel, ca. 1885. In R. Beltrão Coelho, *Álbum Macau 1844-1974*, Macau, Fundação Oriente, 1990.



## SOCIEDADE MACAENSE

em 1836 se começou a observar o decreto de proibição dos enterramentos no interior das igrejas<sup>61</sup>.

O Cemitério Protestante era o cemitério preferido pelos estrangeiros, os comerciantes estabelecidos em Macau, seus familiares e funcionários, servindo, por isso, uma população minoritária. Foi a Companhia Inglesa quem requereu a licença para abertura de um cemitério próprio, adquirindo para tal um terreno na Praça de Camões<sup>62</sup>, onde se manteve de 1821 a 1858. Neste ano foi comprado, em hasta pública, um outro terreno, chamado Jardim do Carneiro (ou Bela Vista), e que passou a ser conhecido por Novo Cemitério, passando o da Praça de Camões a ser designado por Antigo Cemitério<sup>63</sup>.

Havia, ainda, o cemitério dos Parses – descendentes dos Persas, que tinham emigrado para a Índia no século VIII, após a conquista da Pérsia pelos Árabes – e cujo terreno foi comprado, em 1829, pelos que tinham emigrado da Índia para a China<sup>64</sup>.

Mais complexo era o caso dos cemitérios chineses, pelo que se tornou muito difícil à administração portuguesa impor uma alteração das suas formas de enterramento. Os chineses não delimitavam os espaços de enterramento dos mortos, pois deixavam a decisão da escolha do local de sepultura para os bonzos – que indicavam o local mais favorável e que os familiares do morto acatavam sem hesitação –, pelo que havia sepulturas por todas as colinas da cidade, sem atenderem a quaisquer projectos de urbanização, saneamento, ou outros, o que agravava as suas condições sanitárias com as consequências habituais a nível de salubridade, higiene, etc<sup>65</sup>.

No entanto, o governador Coelho do Amaral ordenara a abertura de um cemitério chinês no “território neutro” que separava Macau da China, cemitério esse que se estendia por todo o istmo, para além das Portas do Cerco, ficando, por isso, completamente fora da jurisdição directa das autoridades portuguesas<sup>66</sup>.

## CONCLUSÃO

Condições sociais, económicas e habitacionais muito precárias explicam o aparecimento e proliferação de doenças endémicas e epidemias em Macau. A concentração de casos verificava-se, predominantemente, nas zonas de maior fragilidade sanitária.

A tuberculose e a difteria eram as principais causas de morte de entre as doenças infecciosas e parasitárias.

Seguiam-se-lhes a malária, a coqueluche, as diarreias, a febre tifóide e o sarampo. O tétano umbilical foi também causador de grande número de óbitos nos recém-nascidos. Faziam-se sentir também surtos epidémicos de malária, gripes e mesmo de meningite cerebrospectral.

A varíola foi, ao longo da história de Macau, uma patologia muito frequente, de carácter endémico em todos os países do Pacífico e provocando vários surtos epidémicos na cidade.

A lepra é uma doença muito antiga em Macau. A Santa Casa da Misericórdia fundou, em 1569, um hospital público que integrava uma área para os doentes leprosos; mais tarde, surge um hospital para acolhimento e tratamento destes doentes, fora dos muros da cidade, em S. Lázaro.

No século XIX, houve várias epidemias de cólera-morbo. Já no século XX, houve epidemias de cólera, assim como tifóides e paratifóides. A peste bubónica também se fez sentir em Macau em 1895, importada de Hong-Kong. Durante o século XIX e primeiro quartel do século XX continuou a haver vários surtos epidémicos de peste. O problema só ficou resolvido com a colocação de sífoes nos canos de esgoto, em 1915.

Com a implementação de programas de vacinação melhoraram as condições sanitárias de Macau e, em consequência, desapareceram gradualmente as epidemias, diminuindo também os casos de doenças infecciosas e parasitárias. **RC**

**Nota do Editor:** Este artigo tem por base um projecto de investigação conjunto das autoras, intitulado “Estudos sobre a Sociedade Macaense: Médicos, Epidemias e Causas de Morte”, realizado em 2002-2003.

## NOTAS

- 1 Sobre estes assuntos veja-se o Fundo da Santa Casa da Misericórdia (Arquivo Histórico de Macau).
- 2 Pedro J. Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao. Rep. from the Transactions of the 6<sup>th</sup> Congress of Far Eastern Association of Tropical Medicine*, pp. 2-3.
- 3 António do Nascimento Leitão, *A Sanidade de Macau: Traços de Higiene Urbana e Social (Conferência Realizada no Grémio Militar de Macau, em 25 de Fevereiro de 1909)*, p. 33.
- 4 Pedro J. Peregrino da Costa, *Relatórios das Epidemias de Cólera de 1937 e 1938*, p. 7.
- 5 *Ibidem*, pp. 7-8. Cf. Lúcio Augusto da Silva, *Relatório do Serviço de Saúde Pública na Cidade de Macau, Relativo ao Ano de 1882*.
- 6 Pedro J. Joaquim Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, p. 7.
- 7 *Ibidem*, p. 18.
- 8 J. Gomes da Silva, *A Epidemia de Peste Bubónica em Macau: Relatório*, pp. 11-15.
- 9 Pedro J. Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, p. 2.
- 10 Pedro J. Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, pp. 2-3.
- 11 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I: *Assistência Médica em Macau*, p. 325.
- 12 Pedro J. Joaquim Peregrino da Costa, *Medicina Portuguesa no Extremo-Oriente: Sião, Molucas, Japão, Cochinchina, Pequim e Macau (século XVI a XX)*, p. 229.
- 13 Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, p. 17.
- 14 Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, pp. 11-12.
- 15 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência: Panorama Médico-Social*, p. 145.
- 16 *Ibidem*.
- 17 J. Gomes da Silva, *A Epidemia de Peste Bubónica em Macau...*, p. 67.
- 18 Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, pp. 2-3.
- 19 Peregrino da Costa, *Epidemiologie de Macao...*, p. 10.
- 20 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. II: *A Nosologia em Macau*, pp. 188-190.
- 21 *Ibidem*, pp. 193-194.
- 22 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. II, p. 211.
- 23 *Ibidem*, pp. 225-226.
- 24 José Caetano Soares, *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia em Macau (Relatório do 1.º Período Contratual (1916-1926) com uma "Notícia Histórica" apensa)*, p. 269.
- 25 *Ibidem*, p. 154. Veja-se também *Regulamento do Hospital Chinês, das meretrizes e casas toleradas e do cemitério de Macau*.
- 26 Cf. Leonor Diaz de Seabra (ed.), *O Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627*. Macau: Universidade de Macau, 2003.
- 27 Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China & Descrição da Cidade de Cantão*, p. 64.
- 28 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. II, pp. 98-99.
- 29 Rodrigues da Silva, *A Assistência em Macau*, pp. 18-19.
- 30 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. II, pp. 106-108.
- 31 José Caetano Soares, *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia em Macau...*, pp. 268-269.
- 32 *Ibidem*, pp. 47-48.
- 33 *Ibidem*, pp. 26-29.
- 34 *Ibidem*, pp. 257-262.
- 35 Manuel Teixeira, *Hospital de S. Rafael*, p. 10.
- 36 José Caetano Soares, *O Hospital da Santa Casa...*, pp. 6-7.
- 37 António Joaquim Paulino, *A Evolução do Conceito e Funções do Hospital através dos Tempos*, pp. 3-4.
- 38 José Caetano Soares, *O Hospital da Santa Casa...*, pp. 267-268.
- 39 *Ibidem*, p. 271.
- 40 H. A. Dias de Carvalho, *Memória dos Trabalhos que se Empreenderam para a Edificação do Hospital Militar de Sam Januário*, pp. 38-42 e 49.
- 41 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I, pp. 286 e 296.
- 42 *Ibidem*, p. 297. Cf. Fernand Croqui, *A Medicina Chinesa*.
- 43 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência...*, pp. 130-131.
- 44 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I, p. 305.
- 45 *Ibidem*, p. 277.
- 46 *Ibidem*, pp. 278-279 e J. A. Kollard, *Early Medical Practice in Macau*, pp. 19-20.
- 47 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I, p. 282.
- 48 *Ibidem*, p. 283.
- 49 *Ibidem*, p. 284.
- 50 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência...*, p. 321; Rodrigues da Silva, *A Assistência em Macau*, pp. 17 e 57.
- 51 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I, p. 324.
- 52 José Caetano Soares, *O Hospital da Santa Casa...*, pp. 267-268.
- 53 Manuel Teixeira, *Os Médicos em Macau*, p. 246.
- 54 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, vol. I, p. 317.
- 55 *Ibidem*. Veja-se também António Scarpa, *A Medicina Tradicional Chinesa em Macau*.
- 56 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência...*, p. 145. Ver Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. XII: *Bispos, Missionários, Igrejas e Escolas – no IV Centenário da Diocese de Macau*, p. 295: "A 16 de Novembro de 1857 a Santa Casa cedeu um terreno junto à Igreja de São Lázaro para um asilo destinado a chineses pobres e que ficou a cargo do Padre Manuel Francisco do Rosário e Almeida – o Asilo de S. José".
- 57 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência...*, p. 347.
- 58 *Ibidem*.
- 59 Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. XII, p. 286.
- 60 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência...*, p. 145.
- 61 *Ibidem*, p. 145.
- 62 Manuel Teixeira, *A Voz das Pedras de Macau*, pp. 223-224.
- 63 *Ibidem*, p. 225.
- 64 *Ibidem*, pp. 221-222.
- 65 C., R. C., "Macau: a acção sanitária e profilática", in *Boletim Geral das Colónias*, A. 24 (275), Maio 1948, pp. 179-187. Cf. Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau*.
- 66 J. Gomes da Silva, *A Epidemia de Peste Bubónica em Macau...*, p. 58.

## SOCIEDADE MACAENSE

## BIBLIOGRAFIA

**Manuscritos**

- Arquivo Histórico de Macau (AHM)
- “Livro de receitas de medicamentos do Mordomo do Hospital de S. Rafael” (1836/09/10 e 1843/07/02). AH/SCM/Livro 53.
- “Livro de conta do Hospital de S. Rafael” (1841/07/?? e 1866/12/??). AH/SCM/ Livro 54.
- “Termos e contratos de fornecimento de medicamentos, géneros alimentícios, etc., para o Hospital de S. Rafael” (1875/12/20 a 1885/ 12/19). AH/SCM/ Livro 151.
- “Contas do Cemitério da Santa Casa” (1836-1845). AH/SCM/ Livro 249.
- “Livro de registo de entradas e saídas dos inválidos e enfermos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, por ordem do Provedor e Irmãos Mordomos” (1782/10/10 a 1843/07/04). AH/SCM/ Livro 289.
- “Livro de registo de entradas e saídas dos inválidos e enfermos do Hospital de S. Rafael, por ordem do Provedor e Mesários” (1782/10/10 a 1880/06/22). AH/SCM/ Livro 291.
- “Livro de registo de entradas e saídas dos inválidos e enfermos do Hospital de S. Rafael e do Hospício de S. Lázaro” (1876/04/10 a 1891/06/30). AH/SCM/ Livro 292.
- “Livro de registo de entradas e saídas de Órfãos do Asilo da Santa Casa da Misericórdia” (1893/03/04 a 1903/09/18). AH/SCM/ Livro 293.
- “Livro de registo de regulamentos, termos, ordens, despesas dos irmãos mordomos do Hospital de S. Rafael” (1799/06/23 a 1840/06/04). AH/SCM/ Livro 295.
- “Livro de registo de regulamentos, termos, ordens, despesas dos Irmãos Mordomos do Hospital de S. Rafael” (1832/09/28 a 1842/07/03). AH/SCM/ Livro 296.
- “Livro de registo de entradas e saídas dos inválidos e enfermos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, por ordem do Provedor e Irmãos Mordomos” (1782/10/10 a 1843/07/04). AH/SCM/ Livro 298.
- “Livro das actas das sessões da Comissão encarregada do Asilo dos Pobres” ( 1864/06/13 a 1880/05/14) AH/SCM/ Livro 299.
- Carvalho, H. A. Dias de, *Memória dos trabalhos que se empreenderam para a edificação do Hospital Militar de Sam Januario*. Macau: Tipografia Mercantil, 1873.
- Carvalho, Sebastião José, *Alguns subsídios para a organização dos serviços médicos e hospitalares nas conquistas do Oriente português nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Lisboa: [s. n.], 1936.
- Coelho, Beltrão e Jorge, Cecília, *Medicina Chinesa. Em Busca do Equilíbrio Perdido*. Macau: Instituto Cultural de Macau/ Círculo de Leitores, 1988.
- Costa, Pedro Joaquim Peregrino da, *Epidemiologie de Macao. Rep. from the Transactions of the 6<sup>th</sup> Congress of Far Eastern Association of Tropical Medicine*, Tóquio, [s.l.; s.n.] 1925.
- , *Medicina Portuguesa no Extremo-Oriente: Sião, Molucas, Japão, Cochinchina, Pequim e Macau (Séculos XVI a XX)*. Bastorá: Tip. Rangel, 1948.
- , *Relatórios das Epidemias de Cólera de 1937 e 1938*. Macau: Imprensa Nacional, 1938.
- , *Relatório da Epidemia de Meningite Cérebro-Espinal (Março-Abril de 1932)*. Macau: Imprensa Nacional, 1932.
- Croqui Fernand, *A Medicina Chinesa*, [s.l.], Editorial Estúdios Cor, 1968.
- Fernandes, J. Gabriel B., *Apontamentos para a História de Macau*. Lisboa: Tipografia Universal, 1883.
- França, Carlos, *Os Portugueses da Renascença e a Medicina Tropical*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1925.
- Gomes, Artur Levy, *Esboço da História de Macau (1511 a 1849)*. Macau: Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, 1957.
- Gomes, Henrique de Barros, *Archivos Medico-Coloniaes*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, c.1889.
- Hicks, Ângela, *A Medicina Chinesa*, trad. Isabel Nunes. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- Huard, Pierre et Wong, Ming, *La médecine chinoise*. Paris: Press Universitaires de France, 1964.
- Jesus Maria, José de, O. F. M., *Azia Sinica e Japonica*, ed. C. R. Boxer. Macau: Escola Tip. do Oratório de S. J. Bosco, 1941.
- Kollard, J. A., *Early Medicine Practice in Macau*. Macau: Inspeção dos Servicos Económicos, 1935.
- Leitão, António do Nascimento, *A Sanidade de Macau: Traços de Higiene Urbana e Social (Conferência realizada no Grémio Militar de Macau, em 25 de Fevereiro de 1909)*. Macau: Imprensa Nacional, 1909.
- , *Tellurologie et Climatologie Médicales de Macao (Macao Station Climatique)*. Macau: Imprimerie de l'Orphelinat Salésian, 1921.
- Ljungstedt, Anders, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China & Descrição da Cidade de Cantão*. Macau: Leal Senado de Macau, 1999.
- Palha, J. António Filipe de Moraes, *Macau e a Saúde Pública: Elementos Histórico-Topográficos, Climáticos, Demográficos e Nosográficos*. Macau: Tip. Mercantil de N. T. Fernandes & Filhos, 1917.

- Paulino, António Joaquim, *A Evolução do Conceito e Funções do Hospital através dos Tempos*. Macau: Imprensa Nacional, 1974.
- Pina, Luís de, *Contribuição dos Portugueses Quinhentistas para a História da Medicina do Oriente. Nota Preliminar*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.
- , *A Medicina Portuguesa de Além-Mar no Século XVI*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1935.
- Regulamento do Hospital Chinês, das meretrizes e casas toleradas e do cemitério de Macau*. Lisboa: Lallement Frères, 1883.
- Ride, Lindsay, *The old protestant cemetery in Macau*. [S. l.]: Lindsay Ride, cop. 1963.
- Sampaio, Manuel de Castro, *Os Chins de Macau*. Hong Kong: Tip. Noronha e Filho, 1867.
- Santos, António Lopes dos, “Conjuntura de Macau”, in *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, vol. 1. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1968, pp. 139-178.
- Scarpa, António, *A Medicina Tradicional Chinesa em Macau*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1965.
- Silva, J. Gomes da, *A Epidemia de Peste Bubónica em Macau. Relatório*. Macau: Tipografia Mercantil, 1895.
- Silva, Lúcio Augusto da, *Relatório acerca do Serviço de Saúde de Macau, Apresentado ao Conselho de Saúde Naval e do Ultramar*. Macau: Tip. de J. da Silva, 1866.
- , *Relatório do Serviço de Saúde Pública na Cidade de Macau, Relativo ao Ano de 1882*. Macau: Tipografia Mercantil, 1883.
- Silva, Rodrigues da, *A Assistência em Macau*. Macau: [s.n.], 1954.
- Soares, José Caetano, *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia em Macau (Relatório do 1.º Período Contratual (1916-1926) com uma “Notícia Histórica” apensa)*. Macau: Tip. Mercantil de N. T. Fernandes, 1927.
- , *Macau e a Assistência: Panorama Médico-Social*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1950.
- Sousa, George Bryan de, *A Sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, trad. Luísa Arrais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- Teixeira, Manuel, *Hospital de S. Rafael*. Macau: Escola Tipográfica Salesiana Macau, 1939.
- , *Macau e a sua Diocese*, vol. 11, *As Confrarias em Macau*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1975.
- , *Macau e a sua Diocese*, vol. 12, *Bispos, Missionários, Igrejas e Escolas. No IV Centenário da Diocese de Macau*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1976.
- , *A Medicina em Macau*, 4 vols. Macau: Imprensa Nacional, 1975-1976.
- , *Os Médicos em Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1967.
- , *The Protestant Cemeteries of Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Turismo, 1972.
- , *A Voz das Pedras de Macau*. Macau, Imprensa Nacional, 1980.
- , *Vultos Marcantes em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Imprensa Oficial, 1982.